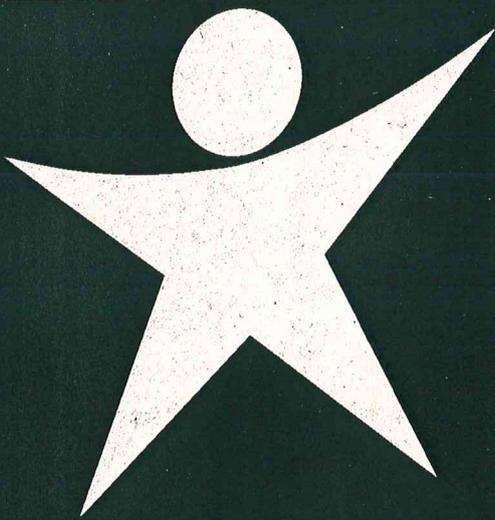


**d e B**

**a t E**

**S**  **# 1**



**III/a** **convenção**  
**do Bloco de Esquerda**  
Fórum Lisboa | 10 e 11 de Maio de 2003

**5**

**Proposta de ordem  
de trabalhos**

**6**

**Proposta de regulamento  
da III<sup>a</sup> Convenção**

**9**

**Regulamento do processo  
preparatório da Convenção**

**12**

**Normas de participação  
no "deBatEs"**

**13**

**PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA  
Da política da crise  
à política do socialismo**

**45**

**Para uma  
Refundação Democrática  
da União Europeia**

**73**

**Contributos de aderentes**

# *Da política da crise à política do socialismo*

**PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA\***



# **1. O século XXI está a ser inaugurado a ferro e fogo pela guerra, mas também por uma nova fractura que marca a entrada do Povo do mundo na política global.**

Depois dos atentados de 11 de Setembro e da intervenção militar no Afeganistão, o Médio Oriente é o alvo da primeira guerra da “guerra infinita”. Esta é, por um lado, ainda uma guerra do passado - porque tem por objectivo imediato dominar as reservas estratégicas de combustível fóssil e controlar para isso a região. Mas é sobretudo o primeiro acto da guerra última do futuro - a que nunca termina e se eterniza, na medida em que se declara preventivamente permanente e tem por cenário potencial de batalha o próprio planeta. A guerra de ocupação do Iraque é assim o pilar estratégico do projecto de constituição de uma ordem mundial em que todas as crises são declaradas assuntos internos dos EUA, projectando a doutrina Monroe para todo o universo.

A guerra preventiva é ainda e sobretudo uma inauguração porque representa uma viragem brusca em relação ao longo período da Guerra-Fria, quando a ameaça militar estava contida pelo perigo da deriva nuclear: então, a guerra era uma forma de continuação da política e só podia ser localizada num território delimitado pela distribuição mundial de poder - a URSS invadia a Checoslováquia e os EUA o Vietname. No século XXI, pelo contrário, é a própria política que se transforma numa continuação da guerra, e esta não tem fronteiras.

## **A CRISE DA POLÍTICA**

A política define-se assim como um campo de forças reduzindo os espaços da democracia, conduzindo a estados permanentes de excepção e de sítio, impostos por um poder mundial sem regras nem regulação.

A esteticização da guerra como espectáculo, bem como a sua eticização através do discurso sobre os eixos do bem e do mal, extremam a violência neste início do século XXI: a Humanidade transforma-se, ela mesma, num palco para o delírio exterminista e esse é o sentido profundo da crise da política nos dias de hoje.

O sinal mais emblemático desta política imperial encontra-se no campo de concentração de Guantanamo, onde os presos de guerra são excluídos da Convenção de Genebra, torturados e tratados como bestas, sem direito a sequer conhecerem as acusações, e podendo vir a ser submetidos a tribunais militares onde o advogado é dispensado e a pena de morte pode ser aplicada sem recurso

A inumanidade da opressão colonial, como a ocupação da Palestina que tem determinado a resistência da intifada, exprime igualmente o significado desta política imperial.

A globalização imperial é uma modernização sem modernidade e contra a modernidade. Ela é, também, a resposta dos conservadores e reaccionários de todo o Mundo à crise da civilização capitalista e do seu centro. Ao rejeitar o tratado ABM sobre mísseis, ao recusar o Tribunal Penal Internacional para proteger os seus militares de qualquer acusação de crime de guerra, ao violar as convenções sobre armas biológicas, ao rasgar o protocolo de Quioto, Washington coloca-se fora do direito internacional. Para George W. Bush, a solução é simples: ele próprio é o direito internacional e este resume-se no direito à guerra total.

A definição do novo conceito estratégico da NATO no seu 50º aniversário confirma a aliança como rectaguarda da força imperial, e as coligações guerreiras que desde então se têm erguido, como os seus instrumentos num mundo sem lei. A vulnerabilidade das instituições internacionais e a sua dependência do poder do Império manifesta-se neste contexto pela sua incapacidade em estabelecerem um sistema de regras contratualizadas entre os povos e os Estados, para enfrentarem e resolverem os conflitos.

A ruptura com a actual (des)ordem mundial é uma condição de sobrevivência para a Paz. Por isso, o Bloco de Esquerda contrapõe ao sistema de diktats e chantagem permanente, que visa reduzir as organizações internacionais a meras câmaras de eco da vontade do Império, a alternativa que tomou as ruas e reclama um outro rumo para o mundo. À vontade imperial de um mundo sem lei e assente na força das armas, contrapomos a criação e constitucionalização de contratos globais que apoiem o desenvolvimento sustentável do planeta e o direito internacional, a partir dos tratados fundadores da defesa dos Direitos Humanos, da limitação do armamento e interdição da guerra na resolução dos conflitos e a penalização exemplar por crimes cometidos contra a Humanidade.

**A rejeição da guerra preventiva e sua consequência,  
a guerra eterna, é a primeira resposta da esquerda  
socialista moderna à crise da política.**

**2.**  
***O capitalismo neo-liberal  
é hoje o capitalismo  
realmente existente.  
A guerra como projecção de  
força imperial só pode ser  
compreendida como suporte  
da globalização neo-liberal.  
Esta é a segunda grande  
mudança que estrutura o  
nosso mundo.***

É uma mudança porque o neo-liberalismo é a excepção e não a regra do desenvolvimento capitalista nos últimos dois séculos. No século XIX, as sucessivas revoluções industriais do têxtil, do aço e da electricidade permitiram ao império britânico dominar o mundo e impor a liberdade de comércio, mas essa era sempre a lei do mais forte e convivia com um controlo absoluto da moeda mundial e um proteccionismo militarizado para garantir o domínio britânico.

No mesmo sentido, com a ascensão dos EUA desde a 2ª Guerra Mundial, foi imposta uma ordem rigidamente hierarquizada, primeiro com os acordos de Bretton Woods e, a partir daí, com a manutenção do dólar como a moeda mundial. Esta ordem era liberal para os fracos e dirigista do ponto de vista dos poderosos, mas permitia estabilizar as políticas económicas dos governos no quadro de cada Estado-nação, desde que submetidos ao mercado mundial.

A excepção tornou-se a regra do capitalismo global quando, a partir de 1979, Thatcher e Reagan aboliram o controlo da circulação de capitais, desencadeando uma espiral de financiarização que transforma a auto-valorização do capital numa economia de casino. A razão imperativa para essa viragem era a crise petrolífera de 1973 e a recessão generalizada de 1973-4, a mais grave desde 1929, que iniciou um longo período de redução drástica da taxa de lucro nas economias mais desenvolvidas. Em resposta, o neo-liberalismo surgiu como portador de um projecto forte: universalizar a mercadorização e recuperar a rentabilidade perdida, o que requeria duas condições: reduzir os salários nos rendimentos nacionais e obter novas fontes de lucro.

Trinta anos depois, os sucessos dessa campanha são importantes, mas insuficientes e continuam a ser disputados. A integração dos países da ex-URSS no mercado mundial está a completar-se, e partes fundamentais da economia chinesa

seguem-se-lhes. Os serviços públicos estão a ser desmantelados em muitos países, e a privatização da saúde, das previdências e dos transportes e Comunicações, garantem novos mercados. Ao mesmo tempo, o início da destruição da segurança social com a privatização dos fundos de pensões tem-se revelado condição decisiva para a valorização dos capitais especulativos à escala mundial. A clandestinização da imigração é outro instrumento desse mesmo projecto.

Contudo, a partida não se encontra decidida. A resistência social em defesa dos serviços públicos não-mercantis e dos direitos sociais dos trabalhadores têm criado obstáculos importantes ao avanço do neo-liberalismo.

Noutro terreno se disputa ainda o sucesso do neo-liberalismo. A expansão da mercadorização não é fundamentalmente extensiva, mas sim intensiva: o conhecimento, a cultura e a informação são as novas fronteiras do capital, reduzindo as identidades culturais a um folclore sem projecção. Mercadorizar as próprias condições de reprodução da força de trabalho, nomeadamente os sistemas de educação, ou privatizar o conhecimento segundo a lógica da acumulação a curto prazo, conduz a transformações culturais profundamente inéditas e que afectam as regras sociais anteriores. Uma das mais poderosas instituições da globalização capitalista, a Organização Mundial do Comércio, é o pilar desta transformação, com o seu empenho no patenteamento de todo o conhecimento, incluindo o conhecimento do património genético da Humanidade.

### **A "NOVA EUROPA" DOS REACCIONÁRIOS**

A Europa, onde a força organizada do Trabalho impusera transformações democratizadoras tão importantes como a universalização do direito de voto ou a constituição dos serviços públicos do Estado-Providência suportados por mecanismos de redistribuição parcial do rendimento como os impostos directos progressivos, torna-se deste modo uma das vítimas desta ofensiva neo-liberal.

O capitalismo neo-liberal baseia o seu poder numa devastadora fragmentação das relações sociais. No espaço da União Europeia ele está a alterar profundamente o estatuto do Trabalho, generalizando a precarização e tornando banais as suas formas "atípicas". Assim procura reduzir o valor do Trabalho e, simultaneamente, destruir a negociação colectiva e desagregar a consciência e a capacidade da organização colectiva dos trabalhadores.

As responsabilidades das governações socialistas e sociais-democratas da década de 90 só agora se entendem em toda a sua extensão. De cedência em cedência, alienando as expectativas sociais da sua própria base de apoio, dominados por uma cultura que reduzia a proposta política à governabilidade a qualquer preço, os socialistas escancararam as portas ao ascenso de todas as direitas, as novas e as velhas.

As opções da "Nova Europa", nos termos provocatórios de Donald Rumsfeld, estão hoje em marcha. No plano político mundial, o seu desenho é o do alinhamento subordinado da União aos desígnios imperiais da administração norte-americana. No plano especificamente europeu, o projecto é o de um federalismo forte contra sociedades enfraquecidas. E no plano das políticas nacionais e locais, os governos da "Nova Europa" configuram um desafio imenso em todas as direcções da vida social. De facto, a regressão civilizacional que é arrastada pela perda de direitos sociais fundamentais manifesta-se também no ressurgimento de ideologias de exclusão, em particular em relação às comunidades de imigrantes e às diferentes minorias. Por outro lado, o regresso a valores patriarcais mais tradicionalistas atinge igualmente os consensos sociais duramente alcançados pelas lutas das mulheres. Na "Nova Europa", o maniqueísmo e o populismo, a ideia de que a fonte de todos os problemas reside sempre no mais pobre que mora ao lado, transformam-se numa ideologia difusa que domina cada vez mais o próprio discurso político. O neo-liberalismo não só devasta todas as condições de segurança alcançadas na Europa do pós-guerra, como faz do medo a mola propulsora da multiplicação de todos os conflitos na sociedade. Ao mesmo tempo, a mercantilização sem limite da natureza, do conhecimento, da informação e do património humano reforça uma cultura proprietária e consumista que, conjugada com a afirmação da política como uma forma de guerra, reduz o espaço da democracia, e essa é a sua mais grave consequência.

### **A CRISE COMO RESPOSTA PARA A CRISE**

Na União Europeia, a estratégia de redução da parte salarial no rendimento e a privatização de novas fontes de rentabilidade, assumiu a forma de Pacto de Estabilidade e Crescimento e o objectivo do défice zero. Tem sido este o instrumento do desmantelamento do investimento social, do reforço da austeridade salarial e da aceleração da privatização dos serviços públicos.

Ora, esta estratégia tem um pressuposto e uma consequência: a de que a política da crise económica e social é a solução para a crise. Assim, a explosão da bolha especulativa que, de 1995 até Março de 2000, animara as Bolsas, se demonstrou a fragilidade desta economia global com a dissipação de 7 triliões de dólares e sucessivas falências, também evidenciou as graves consequências sociais do desastre, em particular na crise argentina e na Ásia, onde milhões de desempregados e pobres foram as primeiras vítimas. A deslocalização de empresas para os países de salários baixos e mão-de-obra servil, a criação de gigantescos exércitos industriais de reserva, a ilegalização dos imigrantes, ao mesmo tempo que foram abolidos os controlos sobre os capitais, criam as condições para o desenvolvimento de um capitalismo mafioso cuja verdadeira identidade mora nos paraísos fiscais.

O neo-liberalismo e a guerra preventiva permanente são assim facetas de uma mesma civilização, provocando uma tripla crise da representação democrática e da legitimidade institucional em que se baseia: reduz os Estados nacionais periféricos nas relações internacionais; impõe a crise fiscal dos Estados por via da liberalização da circulação dos capitais; e ainda determina a crise do Estado-providência com a desagregação e privatização dos serviços de protecção social.

Rosa Luxemburgo, perante a primeira guerra total do século XX, concluía que ou se caminha para o socialismo ou para a barbárie. O neo-liberalismo anuncia a barbárie social: precariza o trabalho, fragmenta a cidadania, marginaliza os excluídos e devasta a Natureza.

**Emprego para tod@s e emprego com direitos sociais;**

**livre circulação legal de pessoas;**

**serviços públicos não mercantis;**

**anulação da dívida do Terceiro Mundo, nova regulação do comércio internacional, controlo de capitais e Taxa Tobin sobre os movimentos especulativos;**

**combate de emergência aos dramas da fome e da doença;**

**contratualização global e imperativa pelo ambiente, a preservação da Natureza e a renovação das fontes de energia;**

**e defesa de um cosmopolitismo que desenvolva as identidades culturais no mundo global – eis alguns os combates que configuram a segunda resposta de uma alternativa socialista moderna ao neo-liberalismo.**

### **3. O movimento por uma globalização alternativa tem representado a única resposta mundial ao neo-liberalismo armado. Um novo protagonista social e político nasceu e com ele, a política deixa de correr para o centro e para a direita.**

De Seattle a Florença e a Porto Alegre, o "movimento dos movimentos" tem constituído redes de interacção e de aprendizagem; tem criado fóruns regionais e temáticos que são o caldo de cultura de mobilizações constitutivas para novas políticas; e, decisivo, tem determinado o ritmo da acção contra a guerra e as estratégias dos centros imperiais.

Face ao ressurgimento dos fundamentalismos, face à militarização da política, o movimento por uma globalização alternativa estabelece alianças nas ideias e nas mobilizações, testa as políticas, concentra as energias e responde à violência imperial com uma política de democracia fundadora.

#### **PROCESSO CONSTITUINTE E POVO GLOBAL**

Este movimento é assim o factor decisivo da emergência de um novo internacionalismo solidário de milhões de mulheres e homens. É o princípio de um processo constituinte de uma nova esquerda social e política que recupera as melhores tradições da luta política do século XX e que as projecta para a dimensão dos desafios do século XXI. Esse processo constituinte define-se no exterior e em contradição com as instituições que suportam e disciplinam a globalização armada e é gerador de uma nova dinâmica social: a primeira manifestação mundial, a que ocorreu a 15 de Fevereiro contra a guerra e que mobilizou milhões de pessoas, indica a força imensa que nasce neste movimento. O povo global ergue-se contra a guerra total e passa a ser parte da política do mundo.

O movimento pela globalização alternativa tem características novas. A sua heterogeneidade fundadora permite e estimula o convívio de agendas diferentes, não o subordina a nenhum comando político nem a qualquer hierarquização

táctica, determina a igualdade na participação dos activistas, confronta livremente as ideias, determina programas de acção e de redes de cooperação e permite escolher polaridades e iniciativas num espaço amplo de alternativas. É um movimento que define tarefas e urgências emergentes, garantindo a dimensão mundial da confrontação contra a guerra e o neo-liberalismo. É, por isso, o factor mais poderoso da mutação da esquerda.

### **EM PORTUGAL, OS PRIMEIROS PASSOS**

No nosso país este processo de aprendizagem, confluência e movimentação começou com atraso, mas tem-se vindo a desenvolver.

Portugal parte de uma situação contraditória e sob vários aspectos singular: a revolução portuguesa gerou poderosos movimentos sociais, mas os atrasos estruturais e culturais do país, bem como a natureza política e económica da resistência à restauração capitalista que se seguiu não facilitaram a emergência de uma vasta gama de movimentos com expressão de massa presentes noutros países europeus.

Por outro lado, a crise da esquerda política, em particular desde a década de 80 e a sua incapacidade de dar expressão às novas contradições civilizacionais que emergiam na sociedade portuguesa, abriu caminho à formação de organizações associativas fortemente dependentes do poder de Estado para desenvolvimento das suas redes de intervenção e voluntariado.

Finalmente, a presença continuada de uma cultura política que, não raro, faz das organizações sociais "correias de transmissão", em prejuízo do pleno exercício da democracia de base, tem dificultado a formação de novas gerações de activistas sociais e criado dificuldades e desconfianças entre activismos sociais e activismos partidários.

O resultado combinado destes factores é o da existência de uma densa rede de organizações associativas com pouca capacidade de gerar movimento e cidadanias alargadas. O único movimento social de massas existente em Portugal é o movimento sindical e mesmo neste se encontram presentes dificuldades e problemas reais de democracia, capacidade de mobilização e força de atracção.

Este panorama encontra-se, contudo, em significativa transformação. Persistem antigas culturas, mas nascem novas realidades. O seu encontro no processo constituinte do 1º Fórum Social Português e o arranque, extraordinário, de um movimento de massas contra a guerra, só equiparável ao levantamento de solidariedade com o Povo de Timor-Leste, confirmam, com segurança, que o "movimento dos movimentos" não passará ao lado do nosso país. E nele se empenha o Bloco de Esquerda, sem pretensões hegemónicas, em plena liberdade dos seus aderentes e procurando, para cada causa, o mais vasto leque de alianças e capacidade de atracção de vontades.

O Fórum Social Português, a realizar em Junho de 2003, o Fórum Social

Europeu, que reunirá em Paris no Outono, e o Fórum Social Mundial, que se realiza na Índia em 2004, constituem datas de referência de um calendário de mobilização e de encontro dos movimentos e forças pela globalização solidária. Neste movimento nos envolvemos e intervimos sem quaisquer reticências, respeitando a sua autonomia, complexidade e democracia.

**A política da esquerda socialista moderna constrói-se na defesa de uma democracia sem fronteiras e é parte integrante da nova política do movimento de movimentos que, em todo o mundo, contesta a globalização capitalista e cria as alianças necessárias para lhe fazer frente. Também esses movimentos vão determinar a forma de uma esquerda socialista moderna em Portugal.**

**4.**  
***De 1960 até hoje,  
Portugal mudou muito e  
muito depressa, tornando  
o país irreconhecível.  
Essa transformação social  
foi profunda mas não superou  
atrasos históricos decisivos:  
apenas os transportou  
no tempo.***

#### **MOVIMENTOS POPULACIONAIS**

Em primeiro lugar, mudou a população do país. Emigrou uma parte importante da população, em função da pobreza e da guerra: entre 1960 e 1975 saíram milhão e meio de portugueses para o estrangeiro, embora com a descolonização tivessem regressado das colónias 600 mil pessoas no espaço de dois anos (1974 e 1975). No entanto, a partir de 1993 inverte-se o fluxo migratório: passam a entrar mais imigrantes do que os emigrantes que saem. Portugal passou a ser um país de destino.

Alterou-se também a estrutura dos saldos demográficos com uma queda pronunciada da natalidade: no espaço de uma geração, passámos da maior à menor taxa de natalidade na Europa ocidental, ao mesmo tempo que a esperança

de vida aumentava rapidamente. A explicação para este último facto deve encontrar-se nas alterações no sistema de saúde – a mortalidade infantil desceu meteoricamente de 80 por mil para 6 por mil; a esperança média de vida dos homens subiu de 60 para 73 anos, e a das mulheres de 66 para 79 anos.

O resultado é um rápido envelhecimento da população: os menores de 15 anos, que em 1960 eram um terço da população, são agora um sexto, e os maiores de 65 anos, que eram 8%, são agora 15%, devendo no final da década ultrapassar o número de jovens.

## **OPORTUNIDADES SOCIAIS**

Em segundo lugar, alteraram-se as oportunidades sociais. Massificou-se o ensino em todos os níveis, com o alargamento da escolaridade obrigatória, mesmo que quase metade dos jovens a não conclua. Alargou-se o acesso ao ensino superior: em 1960 eram 22 mil os jovens nas universidades, hoje quase chegam a 380 mil. Mudou também a estrutura sexual da escola: as mulheres, que eram a excepção, são hoje a maioria no Ensino Superior – é o mais feminino da Europa (130 mulheres para 100 homens). Ao mesmo tempo, o analfabetismo reduziu-se nestas décadas de 40% para 7%, embora ainda seja o de maior nível da UE.

Em consequência do envelhecimento da população, temos hoje 1,7 activos para cada pensionista, num total de pouco menos de 3 milhões. Em 1960, Portugal tinha 56.296 pensionistas e em 1970 eram ainda 187.297: a inclusão de novos sectores sociais no regime de segurança social, que determina hoje quase 10% da despesa total nacional, foi uma das alterações sociais mais importantes destas décadas. Por esta razão, a privatização da segurança social é uma das disputas estratégicas actuais na sociedade portuguesa. Mas, uma vez mais, as condições de acesso à modernidade não foram generalizadas e o projecto de democratização ficou incompleto: a pensão média é miserável, ronda os 250 euros, mas muitas centenas de milhares de pessoas estão aquém desse limiar.

## **ESTRUTURA DE CLASSES**

Em terceiro lugar, mudou profundamente a estrutura social. Esta mudança ocorre em particular no sector primário: a população agrícola caiu drasticamente, de 43,6% para 7% (ainda a segunda maior taxa de emprego agrícola na EU), enquanto que o emprego na indústria se manteve estabilizado à volta de 35%, a maior taxa de emprego industrial da Europa. Cerca de 1 milhão dos cinco milhões de activos trabalham na indústria transformadora. Portugal continua a ser um país pobre e proletarizado, mas os números escondem uma transformação social muito intensa: de facto, grande parte da população agrícola veio para as cidades, encontrando emprego na indústria ou nos serviços, enquanto parte do emprego industrial se transferia para os serviços públicos e privados.

Esta grande maioria de trabalhadores urbanos tem sido o alvo social principal das políticas de ajustamento económico: temos a maior intensidade de contratos a prazo da Europa e, portanto, a precarização mais extensiva; das maiores taxas de acidentes de trabalho; e agora a mais rápida subida de desemprego na UE, que salta de 4,2% em 2001 para um valor declarado de 5,8%, muito abaixo do real, que ultrapassará os 7,1% em 2002. Em menos de um ano, o desemprego duplicou, e tudo leva a crer que a tendência se agrave em 2003.

Por outro lado, o salário mínimo nacional há vários anos que vale menos do que o conquistado ao longo dos anos 70 e em 2003 é de esperar uma diminuição do rendimento real *per capita*, algo que só se verificou no final do cavaquismo, em 1993.

Estas realidades exprimem algumas alterações profundas nas várias classes e grupos sociais ao longo das últimas décadas. Entre 1968 e 1995, o número de propriedades agrícolas foi reduzido a metade, duplicando a área média de exploração, ao mesmo tempo que se reduzia a população agrícola total de 2,9 milhões para 1,3 milhões de pessoas. A pequena burguesia agrícola mantém-se, ainda assim, parte importante da pequena burguesia tradicional, aproximadamente metade. Em geral, posiciona-se social e politicamente à direita. Em contrapartida, a extensão da pequena burguesia na população determina que a burguesia portuguesa seja numericamente menos significativa do que na generalidade da EU, concentrado a sua acumulação recente na construção civil, nas finanças e na distribuição.

O proletariado industrial constitui uma grande minoria da massa dos trabalhadores que, em geral, é pouco qualificada, predominando a precariedade, a falta de autonomia e os baixos níveis de escolarização. Apesar da heterogeneidade das representações políticas, as famílias trabalhadoras são muito homogéneas e têm pouca mobilidade social, se comparadas com a situação europeia.

O que, inapropriadamente, se designa por "classes médias" - os sectores de trabalhadores administrativos, de serviços e de funções de controlo no processo produtivo - cresceram em número e peso social. A generalização do sistema de ensino, o Serviço Nacional de Saúde, a ampliação do sector administrativo de Estado nos últimos trinta anos, predominantemente feminino e, em menor grau, a complexificação da produção, explicam o fenómeno. O número de gestores não qualificados, de supervisores e técnicos não gestores ou de gestores semi-qualificados e qualificados, tem aumentado com a diversificação da actividade económica, mas é ainda menor do que noutros países europeus.

## **REVOLUÇÃO NAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

Em quarto lugar, modificou-se a relação dos cidadãos com a política. A revolução de Abril de 74 destruiu a ditadura, democratizou as relações sociais,

abriu espaço para a emergência de movimentos sociais activos, legalizou os partidos, encerrou o capítulo da censura. Passou-se de menos de um milhão de eleitores na fase final do sistema de ditadura e partido único para um sistema de democracia parlamentar com mais de 7 milhões de eleitores. Grandes alterações da relação social foram abrindo caminho, em particular a conquista de espaços importantes de autonomia e de direitos das mulheres, mesmo que esse processo seja permanentemente ameaçado pela contra-ofensiva reaccionária em torno dos valores patriarcais e fundamentalistas religiosos. À revolução se deve ainda o reencontro do país com as suas fronteiras e o fim da guerra e do colonialismo. Mas o processo iniciado em 74 ficou inacabado.

Quando Portugal se integra na Comunidade Económica Europeia, a 1 de Janeiro de 1986, é já sob o signo da hegemonia de uma modernização conservadora que o país se encontra. Ele não foi ainda superado - essa é a tarefa política a que se propõe uma esquerda socialista moderna.

**Estas quatro grandes modificações demográficas, sociais, comportamentais e políticas produzem um país simultaneamente moderno e atrasado. Submetido à hegemonia prolongada de uma modernização conservadora, Portugal precisa de uma modernização democrática, que só se pode definir como alternativa e socialista.**

## **5. *A modernização conservadora impôs ao país um modelo de crescimento extensivo e subalterno. Hoje pagamos a factura de não se terem atacado as raízes dos nossos atrasos.***

É certo que, ao longo de três décadas, o crescimento da economia portuguesa foi mais rápido do que o da actual União Europeia. Mas é também certo que os problemas fundamentais ficaram por resolver: as receitas fiscais são das mais reduzidas, somos o país europeu com maior disparidade de rendimentos depois de imposto, a força de trabalho barata é pouco especializada, não há uma cultura de inovação tecnológica, os serviços públicos são deficientes. Por outras palavras, o crescimento continuou enquanto se podia ir mobilizando mais trabalho,

enquanto aumentou a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, que tem sido das mais elevadas da Europa (73% em Portugal, 66% na média europeia): a economia nacional cresceu enquanto absorveu novos recursos humanos, mesmo que para um nível baixo de valor de produção por trabalhador.

Manteve-se assim uma paz social relativa, assente numa baixa taxa de desemprego, mas também em salários baixos. A procura interna foi, no essencial, sustentada ou pelo endividamento das famílias (com o estímulo à compra de casas por via da redução das taxas de juro) – e pelo consequente endividamento da banca no estrangeiro – ou pela expansão da despesa corrente do Estado e pelo investimento em obras públicas (em particular na construção civil). Mas este modelo tem sido estruturalmente incapaz de combater a subalternidade e o resultado é a persistência do atraso económico e social após três décadas de convergência, o que se pode medir por dois indicadores principais: o PIB per capita, em 2000, era de três quartas partes do da média da União e a produtividade pouco mais de metade.

### **A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**

O modelo económico e social da modernização conservadora tem assentado em seis características e contradições principais:

1. O aumento do produto tem assentado no crescimento permanente do nível de actividade sem alteração estrutural, isto é, no aumento do emprego mantendo o mesmo padrão de especialização produtiva, em vez de se basear no crescimento de produtividade baseado em mudança de especialização. Só a imigração, em particular sob a forma imposta de imigração ilegal, pôde manter ainda este crescimento do nível de actividade.

2. As vantagens comparativas que foram sendo reforçadas, ou são fragilizantes (salários baixos), ou são insustentáveis (um baixo nível de esforço fiscal conjugado com um alto nível de evasão e fraude, incluindo a evasão legalizada).

3. A procura interna tem sido suportada por um ritmo de expansão de consumo público mais acentuado do que na UE (o que corresponde parcialmente à recuperação de atrasos infraestruturais, mas também à persistência de fortes ineficiências e investimentos errados), mas sem uma estratégia de investimento que procure alterar o padrão de especialização. Pelo contrário, o investimento concentrou-se na criação de mercados para a construção civil, com um efeito dramático na estrutura social. Ora, a restrição do défice zero implica agora cortes no investimento, com efeitos na perda de fundos comunitários.

4. Como a balança comercial é largamente deficitária e o sistema produtivo

não corresponde à procura interna, mantém-se um elevado desequilíbrio externo, com um rápido crescimento das importações, mesmo a contra-ciclo, ao mesmo tempo que se tem degradado a posição das exportações, pela mesma razão da falta de estratégia de investimento.

5. O financiamento do défice era assegurado por um tríptico – remessas de emigrantes, turismo e transferências comunitárias – que entrou vertiginosamente em crise: as transferências comunitárias serão reduzidas depois de 2006 e entretanto diminuem as receitas de turismo, ao mesmo tempo que se vão reduzindo também as remessas de emigrantes (entradas de divisas) e aumentando as remessas de imigrantes (saídas de euros). Assim, as transferências externas, que financiavam 52,5% da balança corrente em 1998, já só cobrem agora um terço.

6. Desenvolveu-se uma convergência nominal (redução da inflação e controlo do défice orçamental e da dívida pública) e também em alguns anos uma convergência real, mas esta é artificial: o crescimento de nível de vida tem sido mais rápido do que o da produtividade. E, a partir de 2001 e 2002, o processo de convergência real dá lugar a uma divergência crescente, acentuada pela imposição de uma política recessiva.

A especialização da economia portuguesa na divisão internacional do trabalho assenta em factores desqualificantes a longo prazo. Quando a recessão se impõe, degrada-se a capacidade das economias subalternas e assim está a acontecer com o nosso país. Mesmo antes da viragem na conjuntura já se antecipavam os primeiros sinais de regressão das exportações: entre 1997 e 2000, regista-se uma perda anual de quotas de mercado de 3,3%.

Por outro lado, apesar de transferências comunitárias gigantescas, da ordem de 3% anuais do PIB na segunda metade dos anos 90, a posição externa líquida negativa é agora à volta de 40% do PIB e a balança de operações correntes regista um défice na ordem dos 10%. Esta degradação no financiamento do défice estrutural - apesar da redução do peso (mas não do volume total) do défice de mercadorias e de tecnologias - ocorre sobretudo porque se reduzem as transferências externas, incluindo as de emigrantes e as receitas do turismo.

## **NA ESTRADA DA DIVERGÊNCIA**

Nos últimos dois anos, a crise deste modelo de crescimento extensivo e subalterno tornou-se evidente com a vulnerabilidade evidenciada aos efeitos de arrastamento da recessão. Os primeiros sintomas do colapso foram a queda da procura interna e da actividade económica em geral, o aumento do desemprego - que tende a crescer a níveis desconhecidos nas últimas décadas - e a perda das fontes de financiamento. As consequências sociais desta falência já se fazem sentir.

O fracasso deste modelo de crescimento faz com que Portugal seja hoje, entre os países mais atrasados da UE, o que mais se atrasa. Uma esquerda socialista moderna deve ser capaz de apresentar uma alternativa consistente ao crescimento extensivo e subalterno.

## **6.** ***As vantagens comparativas em que o país se tem especializado são as que determinam o seu atraso estrutural***

A vulnerabilidade da estratégia do crescimento dependente é a sua própria vantagem comparativa fundamental: os salários baixos. Eles acentuam a subalternidade internacional. Tem sido fundamentalmente o investimento directo estrangeiro que cria nova capacidade produtiva ou tecnológica, nas condições já atrás assinaladas. Mas este é, também, o que cria maior vulnerabilidade a deslocalizações, despedimentos e desemprego futuro.

Ao contrário dos mitos comuns, o que se verifica é que, na União Europeia, o trabalhador português é dos mais mal pagos, o que tem menos formação contínua, o que trabalha mais horas e o mais precário. É precisamente esta situação que acentua a vulnerabilidade do emprego. O mercado de Trabalho em Portugal tende a diferenciar-se em três mundos separados, sem conexões entre si: os imigrantes, que assumem as tarefas de maior penosidade e menor salário, sendo frequentemente ilegais e estando muitas vezes fora do sistema tributário e de segurança social; os trabalhadores desqualificados, sobretudo mulheres; e o pequeno segmento de trabalhadores qualificados e razoavelmente bem pagos. O primeiro tende a aumentar, o segundo a fornecer importantes contingentes para o desemprego, e o terceiro a estabilizar-se.

### **EMPREGO E FORMAÇÃO**

Esta fragilidade do emprego é tanto mais grave quanto se conjuga com uma vulnerabilidade geracional: Portugal é particularmente atingido pelos efeitos cumulativos de um sistema de ensino e de educação deficiente: dois terços dos activos entre 25 e 64 anos só têm a escola primária e, no primeiro estudo nacional sobre literacia, demonstrou-se que metade dos inquiridos tinha dificuldade em usar informação escrita e em perceber conceitos e informações. Entre os 15 e 65

anos, o quase-analfabetismo anda pelos 10%, enquanto a parte da população que tem capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos não chega a 8%. O mesmo se verifica quanto à difusão da "sociedade de informação": face a uma média europeia de 36%, Portugal tinha em Junho de 2001 cerca de um quarto da população com acesso à Internet em casa, sendo também o país de menor intensidade de acesso e com o 3º preço mais caro. Somos também o último país da EU em computadores por cada 100 estudantes do secundário e o penúltimo em computadores online. O Fundo Social Europeu, entre fenómenos de corrupção e formações sem horizonte de futuro, tem-se revelado, em grande medida, uma oportunidade perdida para o país. Numa palavra, no que verdadeiramente conta, Portugal é o país mais atrasado da Europa.

### **UMA BURGUESIA ACOMODADA À SUBALTERNIDADE**

Quanto à burguesia portuguesa, considerando ainda que os seus sectores mais dinâmicos estão envolvidos ou na distribuição ou no sector financeiro – ou ainda na construção, mas aí dependendo fundamentalmente da importação de imigrantes – não tem tido nenhum interesse estratégico em alterar o padrão de especialização produtiva e portanto em sair do ciclo vicioso dessa subalternidade.

O resultado tem sido o aumento das desigualdades sociais, tornando Portugal na sociedade europeia mais desigual, segundo o Eurostat: os 20% mais ricos detêm 46% do rendimento, enquanto que os 20% mais pobres ficam com 6%, e 29% das famílias encontram-se abaixo da linha de pobreza. A modernização conservadora tem sido uma catástrofe social.

**A modernização conservadora produziu subalternidade, atraso, incompetência, injustiça e exclusão social.**

**Em consequência, agravou a desigualdade.**

**O combate às consequências deste modelo é condição para o amadurecimento de uma alternativa económica e social à subalternidade**

## 7. ***Perante o impasse, a nova alternativa da direita unida é o agravamento do fosso social, com a imposição de um novo modelo conservador-liberal.***

A resposta à crise e ao impasse da modernização conservadora, do ponto de vista da direita, foi formulada em 2002. Com o progressivo esgotamento do rentismo e da capacidade assimilativa da distribuição dos fundos europeus, a ampliação do espaço de rentabilização impunha um novo modelo conservador-liberal: com a aliança PSD-PP, a política do governo de direita investe na decomposição dos serviços públicos e serve-se da recessão e do défice zero em 2006, para a impor. A recessão não é a consequência indesejada da política liberalizadora: a recessão é a própria política e é uma restrição imposta contra a liberdade.

O trabalho é, mais uma vez, a variável principal de ajustamento no quadro da recessão nacional. E esta é a condição necessária para fazer vencer a estratégia da liberalização.

A recessão tem como efeito o aumento dramático do desemprego, em particular nos sectores mais vulneráveis da economia: os exportadores com pouco valor acrescentado, a indústria transformadora virada para o mercado interno e os ramos mais dependentes da procura conjuntural. É em torno do trabalho e do emprego que se vão travar os combates fundamentais para tornar possível – ou para inviabilizar – este projecto de modernização conservadora e liberal.

### **AS ALIANÇAS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**

A estratégia do poder tem assentado em quatro pilares fundamentais.

O primeiro é a definição de um “bloco central europeu” que aceita a subordinação política e a dependência económica da União, bloqueando o debate das políticas alternativas e restringindo o campo das possibilidades da política a um liberalismo mais ou menos temperado. Este arco europeu condiciona o sistema partidário e tem determinado as margens da governabilidade em regime de alternância.

O segundo pilar é a aliança entre o poder e a finança: o sistema bancário e as seguradoras têm beneficiado não só da protecção relativa do mercado, como de isenções fiscais e benefícios crescentes. A privatização parcial da segurança social

é outro dos grandes prémios que agora se quer dar a este sector, precisamente o que mais se esquia aos pagamentos de IRC.

O terceiro pilar é a relação vizinha dos poderes com a construção civil: os governos têm-se comprometido a manter um elevado nível de investimento público em grandes obras, em particular as auto-estradas, a Expo, agora os Estádios do Euro2004. O aumento rápido do peso do sector da construção civil entre as indústrias é a consequência desta opção, o que tem efeitos particularmente perversos no manejo de verbas dificilmente controláveis, na corrupção dos partidos e das autarquias, ou ainda na impunidade ambiental das grandes obras. Como se tem verificado com a explosão dos escândalos na relação entre Câmaras, futebol e empreiteiros de construção, uma economia que assente em grandes obras concessionadas é necessariamente permeável a cartéis de interesses mafiosos. Aliás, o modelo de desenvolvimento urbano favoreceu igualmente um ciclo vicioso de construção e concentração: na falta de uma reforma da tributação do imobiliário, de reforma do financiamento municipal e de reforma do mercado da habitação de modo a promover a recuperação do imobiliário já existente, as autarquias, aliadas às empresas da construção civil, promoveram sempre mais e mais florestas de betão de modo a obterem mais recursos. Este ciclo vicioso faz com que Portugal, com uma densidade populacional que é 3,5 vezes menor do que a da Holanda e 2,5 vezes menor do que o Reino Unido, tenha níveis de saturação urbana sem comparação com estes países.

Neste contexto de bloqueamento do mercado da habitação, o comportamento social de boa parte da população portuguesa era inevitável: 2 milhões de famílias tornaram-se proprietárias das suas habitações, o que constitui a mais elevada taxa europeia de proprietários de casa própria (embora metade seja de construção recente e esteja ainda a ser paga), apesar de apenas metade delas possuir automóvel.

Finalmente, o quarto pilar, que assegura ao patronato a permanência das vantagens fiscais e uma política consistente de contenção salarial e de discriminações activas: desfavorecendo os imigrantes, as mulheres, os jovens e promovendo a impunidade ambiental.

## **PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS**

O que a estratégia conservadora-liberal introduz nestas políticas é a criação de um novo centro dos negócios nos investimentos sociais, a partir da privatização dos serviços públicos: a saúde será a principal nova área de acumulação, o que requer destruir o consenso social sobre a importância de serviços públicos de qualidade como condição igualitária de acesso à cidadania. Deste modo, o novo modelo de desenvolvimento liberal consolida e reforça o atraso. Mais ainda, dada a incapacidade da burguesia portuguesa e dos seus governos em substituir o crescimento extensivo e subalterno, e considerando a política de investimento do

capital estrangeiro, que se limita a criar entrepostos ou cadeias de montagem, que geram pouco valor acrescentado, torna-se evidente que só uma estratégia nacional alternativa, assente no investimento social pode vencer, se orientado para a criação de capacidade produtiva e de justiça redistributiva.

Ora, o novo modelo barrosista, o modelo liberal-conservador, assenta nas virtudes punitivas da recessão, porque só uma sociedade e um movimento popular enfraquecido pode aceitar a violência da perda de direitos fundamentais. Escolher entre a recessão e a expansão, entre a divergência e a convergência, entre o poder tradicional e a redistribuição social, é escolher entre o modelo de modernização liberal e o modelo alternativo de modernização democrática.

**Uma esquerda socialista moderna responde à devastação liberalizadora com uma estratégia baseada no investimento em educação e no sistema público de saúde: Para pagar a dívida interna deixada pelo desenvolvimento injusto e pelo atraso e qualificar a capacidade produtiva do país redistribuindo a sua riqueza. Esta é a alavanca necessária para "infra-estruturar" uma política de convergência.**

**8.**  
***A brutalidade da nova estratégia decorre das suas características constitutivas. Mas para triunfar, ela precisa de impor o egoísmo social e o conservadorismo moral e cultural.***

O governo PSD-PP transformou estes objectivos num programa imediato, que aplica metodicamente. Em menos de um ano, a precipitação vingativa do governo revelou-se na anulação da tributação das mais-valias bolsistas; no ataque ao programa do rendimento mínimo garantido; na nova Lei da Imigração; no avanço para a privatização ou destruição do Canal 2 da RTP; na reforma que inicia a destruição do sistema público de segurança social e sobretudo no Código do Trabalho. Ao mesmo, identificou claramente alguns dos seus amigos: na política de favores fiscais aos clubes de futebol ou nas vendas de propriedades públicas

com contratos obscuros. A direita prospera e impera através de cumplicidades, de escândalos e de negócios de duvidosa legalidade.

2002 e 2003 marcam um aprofundamento da crise social e económica por via da governação de direita unida. O fulgurante aumento do desemprego, numa situação em que mais de um milhão de trabalhadores se encontra vulnerabilizado pela precariedade extrema, demonstra a principal característica do reajustamento social em curso. Depois do fracasso político e económico do governo Guterres e da política de centro, esta ofensiva da direita ganha nova dimensão e afirma-se como alternativa conservadora-liberal.

### **A CRUZADA SOCIAL**

As respostas sociais a esta ofensiva foram até hoje insuficientes. Apesar da greve geral de Dezembro de 2002, que envolveu um expressivo número de trabalhadores, foi desde então imposta a perda de salário real na Função Pública e avança o projecto do Código Laboral, depois da lei da imigração. A estratégia de exclusão do trabalho afirma-se deste modo pela instrumentalização do desemprego – que até final do ano pode vir a atingir os 8 por cento - como uma forma de divisão social e de partição pelo sexo, pela origem étnica, ou pela idade. A resolução da contradição entre o capital e o trabalho em benefício do primeiro, assenta assim numa política deliberada de fragmentação social e ataque à representatividade simbólica e estrutural das organizações de trabalhadores.

### **A CRUZADA IDEOLÓGICA**

A estratégia de fragmentação depende do sucesso de uma cruzada ideológica que reclame, desde logo, o estatuto de “pensamento único” para a condução neo-liberal e para o conservadorismo social que o suporta.

Contudo, a amplitude e extensão da ofensiva da direita unida contra as conquistas sociais da democracia portuguesa atingem em profundidade a própria base eleitoral de apoio das formações políticas da direita e emerge, incontornável, a contradição entre as promessas e as decisões governamentais.

Na impossibilidade de um bloco social maioritário de apoio, a construção de consensos para cada medida depende da capacidade que o governo tenha de polarizar falsas fracturas, de encontrar bodes expiatórios para os problemas sociais que protejam os interesses e os verdadeiros responsáveis. Foi assim que, contra o rendimento mínimo, invocaram as expectativas dos pensionistas; contra a função pública procuram atirar os trabalhadores do sector privado e os utentes dos serviços; contra os direitos no Trabalho agitam os interesses dos desempregados e precários; contra os imigrantes apelam às virtudes dos trabalhadores nacionais; contra a modernidade do Estado social invocam as virtudes antigas do mercado; e contra tudo o que é diferença de comportamentos

e identidades particulares, argumentam com os valores tradicionais do exclusivismo religioso e do reaccionarismo e elitismo cultural. O populismo é a guerra civil molecular de todos contra todos, a que se alimenta, simultaneamente, da cultura de submissão, do egoísmo social e da exploração miserável das angústias dos mais desprotegidos e dos medos das chamadas classes médias. O populismo é a dimensão ideológica da estratégia de fragmentação social e cresce na exacta medida em que esta se desenvolve.

O populismo deste início de século não é um discurso estritamente político, mas uma proposta de hegemonia cultural. Na política ele esforça-se por impor um estilo que procura esvaziar a confrontação de ideias; mas no plano da comunicação social de massas, a sua expressão é a que substitui a informação pelo entretenimento e ao mesmo tempo revoluciona todas as fronteiras, exibindo o povo e a privacidade como espectáculo para si próprio: o populismo mediático é um dos factores de evacuação da política como cidadania e como participação. A democracia transforma-se assim na primeira vítima do *show-business* que é a quinta-essência da actual arte de governar.

### **A TELEVISÃO E A BATALHA CULTURAL**

O instrumento fundamental de difusão do populismo mediático é a submissão da TV generalista às regras da mercadorização da política. A Televisão existe em Portugal desde 1957, quando o país tinha 40% de analfabetos, e assim a escrita nunca chegou a ser a forma dominante de informação, nem foi a escola que socializou o acesso das famílias ao conhecimento. Esse papel acabou por ser deficientemente cumprido pela TV e, em menor medida, a rádio. Mas até esse papel hoje quase desapareceu. O populismo mediático transforma essa antiga dependência na forma como define o espaço da comunicação, precipitando a aceleração de factos descontextualizados e novidades inconsequentes, através de uma técnica de saturação e banalização que superficializa ou esvazia a complexidade e o debate democrático. A concentração da propriedade dos meios de comunicação social em três grandes grupos agrava os perigos resultantes desta tendência forte.

Os novos e velhos intelectuais orgânicos da direita são, por isso, comunicadores por excelência da televisão e estratégias mediáticas cuja função é reduzir o espaço público à reverência perante o poder globalizado, distanciado e agigantado, e a cidadania à submissão. A transformação dos escândalos do regime, como o das redes de pedofilia ou a corrupção em câmaras municipais, em labirintos de insinuações e emoções exploradas e contraditas até à exaustão, neutraliza a inteligência do cidadão, reduzindo-a à condição de espectador. Estas tendências no mundo da comunicação de massas são parte integrante da crise da política.

## **A RESPOSTA AO POPULISMO**

O fracasso ideológico do centrismo decorre é marcado pela sua incapacidade de enfrentar as ideias fortes do conservadorismo liberal com as ideias fortes de uma política de esquerda. Ora, as condições para uma contra-ofensiva que recoloca a política no epicentro dos confrontos de ideias e de forças sociais são as mesmas que definem a viabilidade de uma estratégia socialista: ampliar os espaços públicos e estruturar os direitos de acesso igualitário à vida moderna; defender a socialização democrática que a escola deve representar; dar conteúdo aos direitos de todas as minorias e combater tanto a rejeição como a indiferença perante a diferença; disputar comunicacionalmente a legibilidade de todos os processos de mobilização; e opor ao populismo que suporta a fragmentação os valores de solidariedade e cosmopolitismo que exprimem a alternativa de políticas para a coesão social.

**À fragmentação social e ao populismo a política socialista moderna ergue como alternativa a convergência de todas as expressões da luta social e a sua visibilidade. A esquerda deve valorizar as estratégias de acção social participada, as lutas e greves unificadoras, a abertura de novas frentes de organização do Trabalho (precários e desempregados), os actos de protesto, desobediência e objecção contra a prepotência.**

## 9. ***O Bloco de Esquerda bate-se por uma plataforma de convergência das oposições e da luta social opondo à modernização conservadora uma política de modernização democrática capaz de ganhar a maioria do país.***

O Bloco de Esquerda nasceu há quatro anos para representar alternativas praticáveis que respondam às diferentes dimensões da crise nacional, abrir caminho a um europeísmo de esquerda e a um internacionalismo solidário e afirmar uma esquerda moderna. Empenhamo-nos numa estratégia de democracia e unidade dos movimentos sociais para que a maioria das mulheres e dos homens existam como cidadãos, enfrentando assim a civilização capitalista. Temos ganho para isso a confiança de milhares de participantes na construção do Bloco e de eleitores que apoiaram e reconduziram a eleição do seu grupo parlamentar.

Durante estes anos, o Bloco não hesitou em tomar posição, respondendo a guerras e à globalização, a medidas dos vários governos e às expressões dos problemas sociais que se têm agravado no país. Durante estes anos, o Bloco tem sido uma alternativa, uma esperança e um sinal de inconformismo na esquerda portuguesa. Assim continuará a ser.

O Bloco quer transformar a esquerda em profundidade, o que exige um longo processo de aprendizagem, de convergência e de confrontação clarificadora, para a dotar da capacidade de se afirmar como alternativa contra a direita.

O Bloco de Esquerda é parte do processo de constituição de novas redes e novas lideranças sociais e políticas alternativas aos partidos do centro e que se dispõem, sem tibiezas, a enfrentar a direita. Esta alternativa, por natureza, aspira à maioria, porque representa a viabilidade da política de esquerda.

### **OS EIXOS PARA UMA MODERNIZAÇÃO DEMOCRÁTICA**

O Bloco tem-se concentrado em três grandes tarefas de luta contra o governo da direita e que apontam para uma plataforma de referência para as propostas e para as convergências imediatamente necessárias. Essas medidas, que constituíram o núcleo duro da coerência da nossa intervenção desde a sua

formação, respondem ao país com uma proposta de política para uma governação decente.

Em primeiro lugar, a esquerda deve comprometer-se com uma estratégia para o pleno emprego e o desenvolvimento das qualificações que criem autonomia e capacidade de escolha em todos os trabalhadores. Em consequência, os objectivos fundamentais da política económica são a criação de emprego qualificado, a redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas, o aumento das oportunidades de formação e a melhoria das condições das pensões, com base na defesa da contratualização colectiva e do direito de greve. A reforma fiscal, que tem constituído uma referência fundadora do programa do Bloco, é a contrapartida necessária para financiar a estratégia de pleno emprego e definir uma democracia social elementar.

Em segundo lugar, a esquerda compromete-se com a ampliação dos serviços públicos que criam bens essenciais para o acesso à vida moderna, como a educação, a saúde, os recursos naturais, a mobilidade urbana, os bens culturais e a informação. Estes bens e recursos não podem depender do mercado, mas dos poderes públicos e da cidadania organizada, essencial na definição dos padrões de qualidade e preços. A socialização progressiva e a generalização de formas de democracia participada e controlo cidadão sobre as escolhas dos poderes públicos, são uma condição da modernidade porque nos batemos.

Por outro lado, os sectores decisivos para um modelo de desenvolvimento de modernização democrática são os serviços de energia, água e transportes e os sectores financeiro e segurador. Aí, a propriedade pública ou social deve marcar presença estratégica determinante, invertendo o actual processo de privatizações. E é indispensável que o Estado não prescindia da sua capacidade reguladora e de planeamento democrático sobre o conjunto da economia.

Finalmente, o terceiro pilar de uma resposta de esquerda à crise nacional é uma estratégia para a Europa que enfrente o neo-liberalismo, como detalhado na Declaração Europeia considerada por esta IIIª Convenção.

Esta é um programa para uma oposição que derrote o governo da direita unida e ganhe a maioria do país para uma mudança que responda à crise nacional.

**A política da esquerda socialista moderna distingue-se pelo seu esforço, disponibilidade e capacidade de realizar as convergências necessárias para uma estratégia de pleno emprego qualificado, ampliação dos serviços não-mercantis ao dispor de todos os cidadãos e cooperação europeia de alternativa ao neo-liberalismo.**

**10.**  
***Em Janeiro de 2000, o Bloco de Esquerda assumiu estatutariamente a sua condição de movimento político plural empenhado na “perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e a opressão”.***

Esta perspectiva alimentava-se de três aprendizagens e, em consequência, de três intenções. Em primeiro lugar, partia da análise crítica e da rejeição do que se chamou, perversamente, o “socialismo real”, ou seja, os regimes repressivos que entraram em colapso desde os finais dos anos oitenta. A incapacidade do planeamento centralizado total, assente em despotismo e corrupção, a exclusão da participação popular e a eliminação militarizada do pluralismo político, conduziram estes regimes ao isolamento e esgotamento. A perspectiva socialista deve, portanto, definir-se politicamente como o contrário destes regimes, para poder recusar o preconceito elitista que desdenha da capacidade de formular uma democracia social e económica como parte da democracia política aberta.

Em segundo lugar, a perspectiva socialista foi concebida desde a fundação do Bloco como a resposta a novas e velhas questões impostas pelos mitos da razão técnica, do progresso e do produtivismo e em consequência pela exploração presente e passada dos seres humanos e da natureza, como resposta às dívidas da humanidade para consigo mesma.

Os conflitos de género impostos pela cultura patriarcal, profundamente enraizada nos tempos, ou os confrontos entre culturas, formam igualmente parte destes processos não-contemporâneos que foram integrados no capitalismo global e a que o socialismo deve apresentar uma resposta civilizacional assente no alargamento da democracia sem fronteiras, na autonomia individual e na responsabilidade colectiva. No mesmo sentido, a emancipação do trabalho e da sociedade, a organização da produção pelos próprios produtores, a participação de todos nas escolhas colectivas – que são objectivos essenciais que decorrem da centralidade do trabalho e da produção material e imaterial na determinação da vida social – só é possível com a construção de uma relação sustentável com a

Natureza: a cultura ecológica desafia profundamente a tradição positivista, deve vencê-la e, nesse sentido, é condição e dimensão do projecto socialista.

Em terceiro lugar, a perspectiva socialista foi definida como resposta aos desafios do capitalismo realmente existente, que tomam hoje a forma da guerra e do neo-liberalismo. Assim, o socialismo define-se não apenas como horizonte mas como política concreta e actual.

A política emancipatória contrapõe-se à realidade da exploração e opressão, e propõe assim uma ruptura com a civilização capitalista. Mas tanto não basta para definir a perspectiva socialista, pois esta não se limita a ser uma negação. Pelo contrário - porque a estratégia da esquerda não pode subestimar, antes deve compreender a tensão do poder na defesa dos privilégios exclusivistas - o socialismo constitui-se como uma aprendizagem da democracia política, social, económica e cultural, na direcção de uma sociedade «em que o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos». O programa de redistribuição de oportunidades e de recursos é a base da devolução do poder à democracia. O socialismo define-se assim como processo e estratégia de desenvolvimento de uma sociedade orgânica e politicamente plural, que defende a liberdade de expressão e de organização pluripartidária e que será democrática ou não será socialista.

Ao assumir esta perspectiva, o Bloco projecta a esquerda como movimento político e social de vocação maioritária. E neste sentido, distingue-se quer das sociais-democracias rendidas ao liberalismo quer dos nostálgicos dos regimes de Leste: o Bloco sublinha que só se constroem alternativas de civilização em nome de uma cultura de alternativa.

O socialismo é assim uma proposta de confrontação política que faz viver a democracia na vida social e económica e que, portanto, não se pode fazer em nome da maioria da sociedade mas somente por via da maioria da sociedade - esse é o seu sentido profundamente emancipatório.

### **Os projectos políticos definem as formas dos partidos e movimentos.**

**Por isso mesmo, o Bloco escolheu uma orientação para a unificação das forças políticas e sociais da democratização emancipatória.**

**Em coerência, desenvolve uma estratégia para a criação dos sujeitos políticos contra-hegemónicos que sejam capazes de disputar os espaços da representação e da participação popular.**

**Para corresponder a estes projectos, a própria vida interna do Bloco deve ser melhorada para que venha**

a ser o equivalente funcional da sua proposta, baseando-se na transparência, na síntese a partir da pluralidade de opiniões, em formas de organização e coordenação abertas, numa prática cultural densa e permanente e no radicalismo crítico que anuncia uma esquerda moderna.

**11.**  
***O Bloco tem respondido às exigências de uma luta política intensa, ganhou confiança e protagonismo e começou a construir a sua intervenção social. Mas entre a sua estrutura e as necessidades, existe uma grande distância que é necessário colmatar***

O Bloco deve ser organicamente alargado a muitos milhares de apoiantes. Eles são decisivos para que, na acção, o bloco se possa constituir como uma alternativa na esquerda.

Esta escolha que não pode mais ser adiada ou secundarizada não é contraditória com o nosso trajecto partidário em forma de movimento aberto e plural.

O Bloco enfrenta em 2003 e 2004 provas importantes e quer vencê-las.

Temos procurado criar formas inovadoras de relação entre a esfera política e a vida associativa, a partir de uma cultura de participação que tem sido deficitária em Portugal. Esta cultura contrapõe-se aos mecanismos partidários tradicionais de pilotagem e controlo que têm esvaziado os movimentos sociais. A partir do compromisso e vontade de impulsionar formas de organização social representativa e unitária, que são elementos fundamentais do enfrentamento com a cultura elitista e exclusivista que tem dominado a política e que é parte da sua crise, o Bloco rejeita em toda a sociedade o espírito proprietário de poderes que se impõem pela eternidade dos cargos públicos executivos e pelos privilégios particulares. O Bloco define-se então como movimento de activistas com direitos e deveres igualitários, que mantêm um compromisso voluntário

permanentemente reafirmado e que é a base tanto da sua acção social como da sua vida interna.

Como corrente politicamente organizada na sociedade, os activistas do Bloco não se isolam da vida e da aprendizagem da experiência das lutas e dos movimentos sociais, de que são parte integrante. Pelo contrário, é nesses processos sociais que vivem, que defendem os seus pontos de vista, que procuram constituir formas de democracia viva e que dão corpo a uma cultura emancipatória. No mesmo sentido em que os activistas dos partidos devem ser parte dos movimentos, estes transformam os partidos porque ampliam a sua concepção programática e desafiam-nos a novas formas de trabalho em rede e em cooperação com outras forças. Como força integrante desses movimentos sociais, o Bloco compromete-se com o seu desenvolvimento e carácter unitário e aberto.

Ao mesmo tempo que estimula o envolvimento de todos os aderentes nos movimentos que expressam a necessidade de uma cidadania ampliada e procura por isso a sua participação nos movimentos sociais, o Bloco tem desenvolvido espaços de discussão públicos que permitam o debate de opiniões e o estabelecimento de plataformas comuns de intervenção. Ao mesmo tempo, reafirma que os seus aderentes continuam a ter toda a liberdade e a responsabilidade da sua opinião dentro desses movimentos e estruturas representativas.

### **CONFERÊNCIAS SECTORIAIS E TEMÁTICAS**

A organização de conferências sectoriais e temáticas regulares tem sido o processo constituinte de plataformas de intervenção em que os activistas do Bloco se reconhecem.

A reflexão sobre essas plataformas comuns deve ser alargada a sectores ou movimentos em que os aderentes do Bloco têm hoje uma presença significativa, mas que já devia ter expressão na sua vida colectiva. É o caso das práticas culturais, do movimento gay e lésbico (LGBT) e dos movimentos de imigrantes.

Esta é a primeira orientação de trabalho da III Convenção, em direcção a uma melhor inserção dos activistas do bloco nas realidades dos novos movimentos sociais.

### **INTERVENÇÃO SINDICAL**

Com a experiência dos Encontros do Trabalho e da Imigração, da formação de propostas sindicais, da intervenção e condução de greves e lutas de resistência por aderentes, da actuação em comissões de trabalhadores, o Bloco tem acumulado uma relação com sectores do movimento sindical que aspiram à criação de plataformas unitárias para a renovação, democratização e ampliação do

sindicalismo. O movimento sindical só se renovará se combinar uma democracia de alta intensidade com uma orientação combativa bem definida: o contributo dos aderentes do Bloco neste sentido será importante.

### **DESCENTRALIZAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE**

O Bloco valoriza a autonomia dos aderentes, das estruturas distritais e regionais, dos organismos de coordenação na decisão em esfera própria. De facto, estas características de movimento político são uma escolha voluntária, sublinhando a descentralização da responsabilidade e um princípio activo de subsidiariedade que deve ser constitutivo do Bloco: as decisões devem ser tomadas no nível onde há o melhor conhecimento para fazer escolhas e para as aplicar. A generalização desse princípio da subsidiariedade é o segundo processo de mudança que a IIIª Convenção deve inaugurar. Em particular, isso implica o reforço do papel das assembleias e coordenadoras distritais, para poderem ser a base da democracia, da informação de proximidade e da participação directa dos aderentes nos debates e nas decisões, e dos grupos de trabalho que auto-organizam os aderentes para determinadas actividades e para interesses específicos.

A organização de uma Universidade de Verão, aberta a todos quantos nela queiram participar, inaugurará uma nova prática de reflexão aberta.

### **JUVENTUDE**

Desde a sua fundação, o Bloco quis ser, tanto quanto possível, permeável à juventude, contrariando a criação de um muro entre gerações sob a forma de uma "jota". A nossa escolha foi a do aumento da responsabilidade política dos jovens, de modo que o movimento no seu todo pudesse aprender com a linguagem da radicalidade juvenil. Sem prejuízo desta orientação, os jovens devem ter vida e espaços próprios dentro do Bloco, seja através da sua conferência, da eleição de coordenações, da representação em todos os níveis da vida do Bloco e da participação plena nas discussões que definem as orientações. Essa autonomia é condição para estabelecer a dinâmica de actuação que permita um alargamento a novos sectores de jovens para além dos universitários, como o dos trabalhadores precários, ou o dos estudantes do ensino secundário.

O terceiro processo de mudança deve ser a ampliação da capacidade de organização de jovens aderentes.

### **A DEMOCRACIA**

A democracia na vida interna do Bloco tem como função conduzir a decisões colectivas sobre a sua orientação, mas também estimular a troca de experiências e a reflexão sobre uma sociedade social, regional, cultural e geracionalmente diversificada. Mas a circulação de informação e a participação têm tido obstáculos

importantes em práticas rotineiras, na info-exclusão da Internet de parte de alguns aderentes e em acessos muito diferenciados à decisão.

O enriquecimento da vida democrática do Bloco, a quarta grande transformação que deve decorrer da Convenção, passa por um conjunto de processos articulados: a nível nacional, a regularização das conferências sectoriais para acompanhar o desenvolvimento da acção social, bem como o funcionamento dos grupos de trabalho; a nível distrital, a publicação de material informativo sobre os calendários de actividades e de debates; a nível local, as reuniões abertas e convidativas que permitam tomar todas as decisões pertinentes.

**CAMPANHAS DE MASSAS  
ENVOLVENDO TOD@S @S BLOQUISTAS**

Finalmente, o Bloco deve mudar na capacidade de combinação nacional das suas intervenções. No ano de 2003, duas grandes campanhas são necessárias: contra a guerra e pelo referendo para o fim da criminalização das mulheres em caso de aborto. Os activistas do bloco encontram-se ainda empenhados no sucesso do Iº Fórum Social Português. Em todos estes casos, trata-se de movimentos não-partidários, abertos e plurais, que encontram na sua diversidade e representatividade a sua própria força. Em todos eles, a participação de aderentes e o apoio empenhado do Bloco são fundamentais para o seu sucesso. Assinale-se ainda que as eleições europeias decorrerão no Verão de 2004, ainda antes da próxima Convenção, e que a presença da lista do Bloco, na sequência da discussão actual sobre as linhas programáticas sobre a Europa, deve marcar o debate nacional.

**Nos próximos dois anos, precisamos de um Bloco de Esquerda muito maior, mais descentralizado na sua actividade distrital e sectorial, mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais, mais aberto à participação directa dos aderentes fora dos períodos de Convenção e mais concentrado em grandes actividades políticas unificadoras. Esta é a escolha desta Convenção.**

*Este projecto foi aprovado por unanimidade pela Mesa Nacional, reunida em 22 e 23 de Fevereiro de 2003, como base de trabalho para ser apresentada à Convenção Nacional.*